
**UMA LEITURA *QUEER* A PARTIR DA ORDEM DE INDEXICALIDADE DE
GÊNERO PREVISTA EM SÍMBOLOS QUE REPRESENTAM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Camila dos Passos Araújo Capparelli – UFG¹

Larissa Vieira Gomes Capparelli – PUC/GO²

Hélvio Frank – UEG³

Matheus Utim – UEG⁴

Resumo: Neste artigo, com base na performatividade linguística (Borba, 2014; Melo; Rocha, 2015), identitária (Blommaert, 2010; Urzêda-Freitas (2023) e de gênero (Butler, 2017), discutimos a ordem de indexicalidade de gênero (Bauman; Briggs, 2006; Blommaert, 2010; Ottoni, 1998; Silverstein, 2003) prevista no uso da cor azul em símbolos que representam Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a comunidade autista em geral. À medida que o símbolo depende de convenções compartilhadas para significar (Hoopes, 1994), nossa crítica é a de que a opção pela semiose que performa atribuição de pertencimento ao masculino acaba por mobilizar e reiterar binarismos e essencialismos de gênero em sociedade. Em face disso, acenamos para uma leitura *queer* como promissora para se fazer enxergar modos de organização da linguagem no que tange ao essencialismo identitário, à medida que se propõem cores generificadas para um distúrbio que acomete pessoas de uma comunidade formada por pessoas heterogêneas. Nessa direção, como alternativa, acenamos a condição pós-identitária e pós-estruturalista da linguagem na busca por materialidades que semioticamente performem sentidos menos excludentes e mais diversos e condizentes com a equidade de gênero.

Palavras-chave: Criticidade. Pós-modernidade. Queeridade. Transtorno do Espectro Autista.

**A QUEER READING BASED ON THE ORDER OF GENDER INDEXICALITY
PREDICTED IN SYMBOLS THAT REPRESENT AUTISM SPECTRUM DISORDER**

¹ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (Poslli), pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina (2020). Licenciada em Letras – Português/Inglês e suas respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina (2017) **E-mail:** camila.capparelli@hotmail.com. **ORCID ID:** <https://orcid.org/0000-0003-1511-3481>.

² Graduada em Fonoaudiologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Pós-graduada em Fonoaudiologia Hospitalar pelo Instituto Israelita Albert Einstein de São Paulo. Desde 2017, trabalha em clínicas privadas, atendendo, principalmente, crianças com TEA. Pós-graduanda em Análise do Comportamento Aplicado. **E-mail:** fga.larissavieira@gmail.com.

³ Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás, com atuação permanente nos programas de pós-graduação *stricto sensu* PPG-IELT e POSLLI da instituição, Pós-Doutorando Sênior/CNPq, Professor Visitante do PPGLL da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás e Bolsista de Produtividade do CNPq. Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2013), com pós-doutorado em Linguística Aplicada na Universidade de Brasília (2014). **E-mail:** helvio.oliveira@ueg.br. **ORCID ID:** <https://orcid.org/0000-0002-0553-8075>.

⁴ Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Mestre pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (Poslli), pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina (2021). Licenciado em Letras – Português/Inglês e suas respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina (2016). **E-mail:** matheusutim@gmail.com. **ORCID ID:** <https://orcid.org/0000-0002-8987-1624>.

Abstract: In this article, grounded on linguistic performativity (Borba, 2014; Melo; Rocha, 2015), identity (Blommaert, 2010; Urzêda-Freitas (2023) and gender (Butler, 2017) performativity, we discuss the order of gender indexicality (Bauman; Briggs, 2006; Blommaert, 2010; Ottoni, 1998; Silverstein, 2003) predicted in the use of the color blue in symbols that represent Autism Spectrum Disorder (ASD) and the autistic community in general. We point that the option for semiosis that performs the attribution of belonging to the masculine ends up mobilizing and reinforcing gender binarism and essentialism in society. We argue towards a queer reading to make visible ways of organizing language about the identity essentialism, as it proposes gendered colors for a disorder that affects people from a community constituted by heterogeneous people. In this direction, as an alternative, we point to the post-identity and post-structuralist condition of language in the search for materialities that semiotically perform less exclusive and more diverse meanings that are consistent with gender equality.

Keywords: Criticality. Postmodernity. Queerness. Autism Spectrum Disorder.

INTRODUÇÃO

A ascensão da extrema-direita no cenário mundial tem produzido impactos profundamente nocivos às agendas feministas e *queer*, especialmente no que concerne à garantia de direitos e à ampliação de espaços de participação política. Nesse contexto, Pinheiro-Machado (2019) e Nobre (2020) destacam o bolsonarismo como expressão paradigmática desse movimento, apontando-o não apenas como ameaça concreta à democracia, mas também como um projeto que se estrutura por meio da deslegitimação sistemática das lutas de gênero, sexualidade e demais interseccionalidades. Essas análises evidenciam que a ofensiva conservadora, ao mobilizar discursos morais e religiosos, opera como mecanismo de retração das conquistas históricas desses movimentos, instaurando um clima de perseguição simbólica e material que compromete avanços já consolidados e cerceia novas possibilidades de emancipação.

No Brasil, entre outros acontecimentos, o nefasto (des)governo de Jair Messias Bolsonaro dificultou a implantação de políticas públicas em prol da mitigação de assimetrias de gênero ao conceder cargos de importância para representantes do fundamentalismo religioso. Exemplo disso foi a nomeação de Damare Regina Alves como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que, por sua vez, ficou conhecida pelo fatídico enunciado: *É uma nova era no Brasil. Menino veste azul, menina veste rosa*. Àquela época, janeiro de 2019, com esse dito que inaugura a “nova era” do governo, a ministra não apenas reforçou o binarismo de gênero, como reafirmou seu compromisso para com o

“endireitamento” do país, na esteira de uma agenda conservadora e normativa.

O ato linguístico de Damares, endossado por muitos⁵ de seus apoiadores, integra o que estudiosas *queer* têm chamado de *gramática prescritiva* de gênero (Arán, 2006; Borba, 2014). Essa gramática busca legislar performances tidas como corretas para meninos e meninas, rejeitando tudo aquilo que possa soar como desvio e/ou anormalidade. Sendo assim, reitera estratificações a partir de categorias distribuídas em hierarquias de valores, crenças e normas, isto é, ordens indexicais (Blommaert, 2010) em torno de gênero como um atributo intrínseco à pessoa. Logo, o episódio protagonizado pela ex-ministra instiga a reflexão sobre a indexicalidade e a condição semiótico-performativo-metonímica das cores em nossa sociedade em direção às normas de identidade de gênero e sexualidade.

Sendo assim, neste artigo, com base na perspectiva pós-estruturalista e *queer* (Louro, 1997, 2004) e nos preceitos da performatividade linguística (Borba, 2014; Melo; Rocha, 2015), identitária (Blommaert, 2010; Urzêda-Freitas, 2023) e de gênero (Butler, 2017), questionamos a ordem de indexicalidade (Bauman; Briggs, 2006; Blommaert, 2010; Ottoni, 1998; Silverstein, 2003) binarista de gênero prevista na cor azul em alguns dos símbolos mais utilizados para representar visualmente o Transtorno do Espectro Autista (doravante TEA). Já que a língua se constitui de sistema de símbolos que organiza e transmite significados por meio de convenções sociais, adotamos a noção peirciana de símbolo (Hoopes, 1994), para questionar o significado da cor utilizada nessas construções.

Para tanto, nas próximas seções, tecemos, primeiramente, notas sobre os Estudos *Queer*, apresentando conceitos e trazendo à baila discussões sobre questões linguístico-identitárias que servirão de base para, em seguida, introduzirmos reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) com uma leitura na perspectiva dos estudos *queer*. Por fim, problematizamos a ordem de indexicalidade de gênero prevista em símbolos que representam o TEA, nosso objetivo principal (per)seguido neste estudo.

1. NOTAS SOBRE OS ESTUDOS *QUEER*

A palavra *queer*, no inglês, é originalmente um xingamento, um palavrão usado para

⁵ Neste texto, considerando os “jogos de linguagem” (Wittgenstein, 2000), propositalmente “brincamos” com as referências e pronomes, que serão mobilizados nas mais variadas perspectivas de gênero: masculino e desviantes (Louro, 2004), na tentativa de inculcar leitoras ao estranhamento da pseudoneutralidade do gênero gramatical masculino em nosso (c)istema mundo moderno-colonial e, ao mesmo tempo, apontar para a pluralidade de designações politicamente possíveis para se fazer existir coisas.

nomear pessoas consideradas estranhas, anormais e abjetas. Entretanto, nos últimos anos, a palavra foi iterada como citação positiva que expropria seu potencial originalmente violento, apontando para uma identidade política (Mazzaro, 2021). Nesse sentido, o *queer*, como movimento político, está engajado na recusa de valores morais violentos que instituem a linha da abjeção, essa fronteira rígida que separa assimetricamente as pessoas que são socialmente aceitas das pessoas que são relegadas à humilhação e ao desprezo coletivo (Miskolci, 2016).

Seguindo essa perspectiva, vemos o quão urgente é problematizar os construtos identitários que provocam a marginalização de vidas destoantes dos padrões considerados legítimos pela matriz de inteligibilidade cultural do gênero (Butler, 2017). Em termos de performance, esses padrões “são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerências e continuidades entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2017, p. 43). Logo, os Estudos *Queer* buscam abalar essas estruturas que a sociedade impõe como formas *normalizadas* de se performar identidades de gênero.

Conforme destaca Borba (2014), o projeto de crítica ferrenha às imposições da matriz da inteligibilidade cultural do gênero (Butler, 2017), intrínseco às teorias *queer*, visa desconstruir, ou desfazer, as noções essencialistas que criam realidades aprisionantes na linguagem. Conforme Miskolci (2016) aponta, a proposta *queer* é a de pensar o gênero e a sexualidade, e outras identidades, como culturais e políticas, construídas na e pela linguagem (Melo; Rocha, 2015). Essa reflexão nos faz compreender que dimensões identitárias da vida humana são todas construídas por meio de atos de linguagem (Borba, 2014), não havendo uma essência que anteceda os sujeitos. Em outras palavras, nenhuma identidade é *pré-formada*, mas sim *performada* (Pennycook, 2006, grifos do autor). A ilusão de uma essência natural e legítima ocorre pela repetição exaurida de atos de fala performativos que sedimentam concepções de mundo com o passar do tempo, cristalizando e sufocando identidades que emergem e são performadas para além dos binarismos e *scripts* impostos.

Nesse sentido, os Estudos *Queer* assumem a posição de que a linguagem, para além de descrever, constrói sentidos que orientam a vida em sociedade (Melo; Rocha, 2015; Borba, 2014; Urzêda-Freitas, 2023). É justamente por essa razão que teóricas *queer* se comprometem com a ressignificação linguística do estranho, da anormal como veículo de mudança social, lutando pela construção e abertura de um futuro menos violento e desigual (Miskolci, 2016).

A linguagem contemporânea tem nos dado pistas de sua complexa materialidade (Borba, 2014; Melo; Rocha, 2015). Em telas, a modalidade imagética tem sido cada vez mais

ênfatisada e usada, em alguns casos, desprovida de leituras críticas quanto a seus (efeitos de) sentidos (re)produzidos em nossa sociedade. A cor azul, que se constitui um signo imagético consagrado à masculinidade no ocidente, é uma semiose predominante em símbolos do autismo sob alegação de que a maioria de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pertence ao sexo masculino. É exclusivamente essa condição de produção de sentidos via linguagem, em que o uso da cor azul performa semioticamente um essencialismo de gênero, uma atribuição intrínseca e inata do “azul para menino”, que nos interessa questionar.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

É importante destacar que estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) não se restringem à dimensão biomédica, mas também têm sido desenvolvidos de maneira significativa nas áreas de Pedagogia e de Ciências Sociais, com foco em acessibilidade, inclusão e práticas de acolhimento discente (Melo, Fernandes e Ferreira, 2024; Moraes, 2025; Santos e Oliveira, 2021). Esses trabalhos problematizam as barreiras educacionais e sociais enfrentadas por pessoas autistas e defendem uma pedagogia inclusiva que reconheça a diversidade. Nesse sentido, este artigo não se dedica a revisar tal produção, mas a propor outro horizonte de análise, sustentado nas perspectivas linguística e *queer*, que interrogam os efeitos simbólicos da generificação de representações do TEA, e abrem caminhos políticos para (re)pensar as possibilidades de inclusão e equidade.

De acordo com o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, mais conhecido como DSM-V, o TEA é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. Os diagnósticos são, majoritariamente, clínicos, mas também podem ser fechados com auxílio de exames genéticos⁶. Em geral, crianças com suspeita do TEA são assistidas por uma equipe multidisciplinar, que mapeia possíveis sinais e características. Porém, o fechamento do diagnóstico é feito pelo neuropediatra.

O TEA apresenta diferentes graus de comprometimento, em razão da instabilidade do funcionamento mental do autista. As condições podem ser observadas na infância desde os 3 e/ou 5 anos de idade e se estender na vida adulta (Braz; Ambrosio-Albuquerque, 2022). No

⁶ Para um maior entendimento sobre os principais testes disponíveis para auxiliar no diagnóstico de crianças com suspeita de TEA, consultar, na íntegra, o estudo de Braz e Ambrosio-Albuquerque (2022).

Brasil, estima-se que existam cerca de 2 milhões de autistas (Oliveira, 2015), sendo a taxa de prevalência de, aproximadamente, 1 caso a cada 160 crianças (Braz; Ambrosio-Albuquerque, 2022). Muitos estudos, assim como o de Braz e Ambrosio-Albuquerque (2022, p. 104), destacam a predominância do TEA em indivíduos do gênero masculino: “4 meninos para cada menina”. Essa suposta predominância masculina, e aqui temos o problema de gênero, fez com que o azul fosse escolhido para representar o TEA no Dia Mundial de Conscientização do Autismo (*World Autism Awareness Day*), 2 de abril, data em que se incentiva a iluminação azul em importantes monumentos do mundo, reforçando esse essencialismo identitário.

No entanto, conforme destacam Pereira e Souto (2019, p. 1404), com base em Hill (2012), essa incidência em indivíduos do gênero masculino ainda é polêmica, uma vez que,

[c]om pesquisas realizadas, basicamente, em pessoas do gênero masculino, a maneira como se passou a entender o autismo foi baseada em experiências de garotos. Isso resultou em uma incidência de homens com diagnóstico autista quase quatro vezes maior do que a de mulheres (alguns estudos afirmam um número até 10 vezes maior), criando uma crença de que o autismo possui predominância masculina.

Ainda segundo as autoras, grupos de militância autista têm se engajado no combate aos estereótipos e à desinformação. Um desses esforços consiste justamente na mudança da cor azul, que simboliza o TEA, para as cores do arco-íris, na tentativa de representar a diversidade de pessoas diagnosticadas. Neste texto, as problematizações empreendidas são endereçadas à cor azul incidente nos símbolos que representam o TEA e não aos critérios de diagnóstico, isto é, não nos determos ao fato de existir, ou não, maior recorrência de TEA em indivíduos masculinos.

Independentemente disso, conforme apresentaremos, é preciso recusar o essencialismo identitário na proposição de símbolos generificados para designação de grupos de pessoas heterogêneas, razão pela qual problematizamos a opção pela cor azul como representação da comunidade autista, considerando todo valor social masculino agregado, de modo essencialista, à semiose. Somente questionando e transformando as linguagens, que insistem, com suas construções de sentidos, em categorizar e em decretar lugares específicos a determinados gêneros, que poderemos vislumbrar formas mais democráticas de promover a diversidade de gênero na sociedade contemporânea.

3. UM OLHAR *QUEER* SOBRE A ORDEM DE INDEXICALIDADE DE GÊNERO PREVISTA NA COR AZUL EM SÍMBOLOS DA COMUNIDADE AUTISTA

Considerando a perspectiva *queer*, a qual, segundo Moita Lopes (2009, p. 38), busca “questionar práticas sociais naturalizadas e, principalmente, colaborar na construção de alternativas para o sofrimento humano”, argumentamos em prol da rejeição ao essencialismo identitário previsto na cor azul que indexicaliza o binarismo e a referência masculina de gênero em símbolos autistas. A ordem de indexicalidade, para Silverstein (2003), é um conceito relevante “para mostrar como relacionar os enquadres do micros social ao macros social na análise de qualquer fenômeno sociolinguístico”. Por essa razão, continua o autor,

Uma análise indexical explicativa, em oposição a uma incompleta ou inadequada, deve levar em conta a plenitude dialética da indexicalidade no microcontexto em tempo real, e se situar em relação à natureza dupla do uso linguístico, sempre pela 'pragmática', i.e., pressuposição/implicação indexical, e pela metapragmática, i.e., em particular, ideologicamente carregada. Por essa perspectiva, a realidade sociocultural manifestada na e pela interação discursiva torna-se analiticamente visível, um fato semiótico imanente.⁷ (Silverstein, 2003, p. 227)

Apostamos que, diante de uma sociedade ainda pautada no paradigma moderno-colonial e cristão, em que a verdade se mostra essencializada, a semiose da cor azul aponta para ordem de indexicalidade de gênero, isto é, para (efeitos de) sentidos generificados. Ao ser utilizada em símbolos brasileiros designados a pessoas, o azul aponta para princípios cisgêneros, heterossexuais e binários, em termos de gênero, como valor sedimentado e intrinsecamente ligado ao que se diz masculino. Sendo assim, esse símbolo não parece compatível com a diversidade e heterogeneidade que constituem a comunidade autista. Ainda que se prove cientificamente a presença majoritária de diagnósticos em pessoas do sexo masculino, como alternativa, mobilizamos leituras *queer* (Louro, 2004) na busca por representações mais sintonizadas com a justiça social, na perspectiva da identidade e da diferença entre autistas (Woodward, 2009).

⁷ Nossa tradução de “An illuminating indexical analysis, as opposed to an incomplete or inadequate one, has to take account of the dialectical plenitude of indexicality in micro-contextual real time, and has to situate itself with respect to the duplex quality of language use, always already both pragmatic, i.e., presuppositionally/entailingly indexical, and metapragmatic, i.e., in particular, ideologically informed. From such a perspective, the sociocultural reality manifested in-and-by discursive interaction becomes analytically visible, an immanent semiotic fact.”

De uma perspectiva pós-estruturalista de linguagem (Blommaert, 2010; Louro, 1997; Rocha; Melo, 2015), compreendemos que mais relevantes do que uma designação essencialista de uma cor para determinado gênero são os discursos em torno das cores que conferem, performam e indexicalizam a cor azul ao universo dito masculino e a cor rosa ao universo dito feminino, excluindo qualquer noção de gênero que escape dos maniqueísmos petrificantes. Em nossa sociedade contemporânea, é comum espriarem-se as restrições de cores a determinados gêneros. No entanto, em busca de uma fluidez identitária contrária ao essencialismo, pequenas mudanças na linguagem têm surgido a serviço do desmantelamento das estruturas binárias de gênero em nossa sociedade e em nossa cultura.

Nesse rumo, podemos pensar no massivo sucesso do filme *Barbie*, entre diferentes públicos, brincando com as classificações e designações semióticas das cores. Ao mesmo tempo, merecem críticas os discursos da modernidade previstos no longa-metragem, os quais, impelidos da falsa ideia de progresso, cumprem o papel neocapitalista de instigar o consumo desenfreado sob uma concepção limitada de diversidade. Aliás, segundo Miskolci (2016), o termo *diversidade* se conecta à ideia de tolerância ou de convivência, enquanto o termo “diferença” se relacionaria mais à noção do reconhecimento como transformação social, transformação das relações assimétricas de poder e do lugar que o alheio ocupa nessas relações. Desse modo, na lógica neocapitalista moderna, a suposta liberdade, sem julgamento de escolha, amparada por tal noção de diversidade, possui estratégias e fins mercadológicos muito bem delineados, que lucram com essa suposta diversidade.

Em se tratando especificamente dos signos autistas, em consulta digital, percebemos que existem atualmente vários⁸ símbolos incumbidos de representar visual e semioticamente a comunidade autista, sendo os principais: a fita do quebra-cabeças colorida, mas com ênfase nas diferentes tonalidades do azul (veiculado em diferentes suportes, tais como placas, adesivos, laços, fitas, corações etc.), a própria cor azul e o logotipo da neurodiversidade.

⁸ Recentemente, foi sancionada a lei (Lei 14.624) que formaliza o uso nacional da fita com desenhos de girassóis como símbolo de identificação das pessoas com deficiências ocultas. A norma foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 17 de julho de 2023. Por deficiências ocultas entende-se aquelas que podem não ser percebidas de imediato, a exemplo do autismo. (Agência Senado, 2023).

Fig. 1: Principais símbolos que representam o TEA



Fonte: <https://uniandrade.br/blog/autismo-2-de-abril-dia-da-conscientizacao/>.

Em geral, além de conscientizar a população, esses símbolos são usados como ordem indexical com a finalidade de se fazer refletir e buscar garantir que os direitos de pessoas autistas sejam respeitados em todo o território brasileiro. A disposição desses símbolos em sociedade, inclusive, consiste nas próprias performances de alerta à condição autista, na medida em que podem ser usados para demarcar filas e atendimentos preferenciais, assentos prioritários, vagas de estacionamento, transportes públicos, entre outros.

A imagem 1, retirada de um site que noticiava o dia da conscientização do autismo, sintetiza os símbolos mencionados anteriormente. A fita quebra-cabeça, bastante usada atualmente, foi criada em 1963 por Gerald Gasson, membro do conselho da *National Autistic Society* (antigo *The Society for Autistic Children*), em Londres. Esse símbolo tem sido mundialmente criticado por autistas de diversos países (Pereira; Souto, 2019), porque sua ideia de “encaixe” semiótica proposta pode trazer prejuízos à compreensão social do espectro. Além disso, a fita quebra-cabeças não é considerada um símbolo genuíno, uma vez que foi criada por um médico e não por uma pessoa com TEA – diferente do que ocorreu com o logotipo da neurodiversidade⁹, que, por sua vez, foi criado por membros da própria comunidade autista (Pereira; Souto, 2019).

No que se refere à semiose cromática do azul, é importante ter em mente que se criam, em muitos contextos, associações mentais que suscitam concepções de mundo. No caso do TEA, o azul foi – e ainda continua sendo – mobilizado e empregado, a fim de semiótica denotar a presença majoritária de diagnósticos em meninos/homens, com base, portanto, nos aparatos biológicos. Logo, essa semiose de pertencimento ao masculino delegada ao azul cumpre o (efeito de) sentido simbólico de linguagem para se reforçar uma pretensa identidade masculina.

⁹ Ao final deste tópico, trazemos as considerações sobre o logotipo da neurodiversidade.

Entretanto, Pereira e Souto (2019) dedicam atenção ao argumento segundo o qual existe uma maior incidência de autistas do gênero masculino. Para elas, uma vez que “o autismo é difundido e divulgado como uma deficiência majoritariamente masculina, mulheres com o espectro podem deixar de receber diagnósticos, resultando na invisibilidade do autismo feminino” (Pereira; Souto, 2019, p. 1404). Esse ponto levantado pelas estudiosas é bastante relevante, porque, entre outras questões, coloca em evidência a urgente necessidade de revisão das representações cromáticas do TEA.

Contudo, as autoras ainda parecem se pautar em uma visão binária das identidades, pois acreditam ser importante contemplar “ambos os gêneros para se chegar à melhor forma de representação” (Pereira; Souto, 2019, p. 1403). Essa visão é problemática, justamente porque apresenta uma certa indisposição para identidades de gênero que extrapolam o binarismo, ao reiterar uma dicotomia de gênero que se sustenta pela relação com a diferença (Woodward, 2014). Nessa direção, pessoas que não estão dentro da previsão binária, ou seja, da lógica que diz que homens são masculinos e mulheres são femininas, geralmente são lidas socialmente como problemáticas. Por essa razão, o próprio binarismo é uma discussão prevacente em estudos de gênero, uma vez que, enquanto construção social, promove desigualdades e assimetrias econômicas, políticas, sociais e culturais entre pessoas, corpos e vidas.

O fato é que, se não nos desprendermos do binarismo de gênero e analisarmos dada relação sob a ótica *queer*, podemos ser levades a colocar em xeque a separabilidade de universos ditos femininos e masculinos, visto que tal separação enclausura as identidades autistas dentro da matriz de inteligibilidade do gênero. Essa matriz, que não orbita apenas sob a questão autista, mas, sobretudo, social, se (a)firma a partir de noções de coerência e continuidade: “sexo gera gênero que gera desejos, preferências e ações” (Borba, 2014, p. 447).

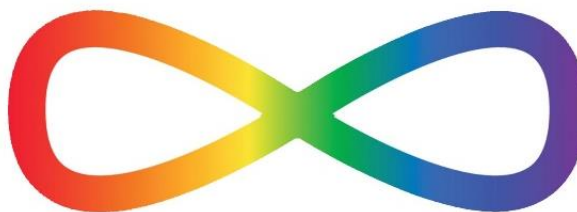
De acordo com Miskolci (2016), a teoria *queer* entende o gênero como algo cultural dinâmico, ao passo que o masculino e o feminino seriam categorias moderno-colonial fixas, que, no máximo, poderiam estar presentes em qualquer pessoa. Para essa perspectiva, cada uma de nós possui formas de fazer, de gesticular e de pensar que a sociedade pode definir como masculino ou feminino, independente do nosso sexo biológico. Com efeito, insistir no delírio essencialista e no desígnio das cores é reforçar uma normatização de gênero que não tem precedentes fora dos discursos que operam em favor de tais essencialismos. Longe de se

configurar como uma mera descrição linguística, os símbolos que apontam para o azul como semiose indicativa do masculino, assim como qualquer outra mobilização generificada das cores, é um ato performativo de linguagem opressor a aprisionar e a negar outras possibilidades de ser, estar e sentir no mundo. Por isso, precisamos problematizar as realidades sociais que, muitas vezes, imaginamos apenas descrever (Melo; Rocha, 2015).

A partir de uma leitura *queer*, o azul como semiose identitária masculina precisa ser questionado não apenas por excluir mulheres e gêneros desviantes do rol do autismo, mas também por endossar uma pretensa masculinidade, que, se não problematizada, pode inculcar ideais assimétricos e essencialistas no que diz respeito aos papéis de gênero. Além disso, faz-se necessário interrogar os (efeitos de) sentidos que se atribuem às noções de *homem* e *mulher*, com vistas a desestabilizar a coerência preconizada pela matriz da inteligibilidade cultural do gênero, bem como ampliar possibilidades de existências e experiências da vida social. Atrelar o azul a um único gênero – que, inclusive, é lido socialmente como hegemônico – é reiterar normatizações que cerceiam comportamentos sociais, a partir de convenções naturalizadas na linguagem, promovendo desigualdades também no âmbito autista, uma comunidade constituída pela diversidade e pela diferença. Além disso, tais convenções apenas limitam as inúmeras possibilidades que autistas têm de experimentar e de criar performances outras de gênero, sem se prenderem ao sexo biológico.

Diante disso, a semiótica do azul em símbolos autistas carrega esses problemas de gênero (Butler, 2017), e se a fita quebra-cabeças, como mencionado, também tem sido alvo de críticas dentro da comunidade autista, que semioses visuais mais condizentes com a justiça social identitária poderíamos vislumbrar? Diante das possibilidades já existentes, acreditamos que o *logotipo da neurodiversidade* (apresentado na Imagem 2) seja uma alternativa mais viável, uma vez que expande as perspectivas de coexistência entre diversos gêneros. De acordo com o portal *Genial Care* (2023), esse logotipo foi criado por pessoas com TEA e é o símbolo mais aceito pela comunidade. Ele consiste em um sinal do infinito nas cores do arco-íris. Esse símbolo do autismo é utilizado como uma alternativa à cor azul e à imagem do quebra-cabeça, e celebra a esperança e a diversidade de expressão dentro do espectro.

Fig. 2: Logotipo da Neurodiversidade



Fonte: <https://abpmc.org.br/site/noticias/abril-da-neurodiversidade-abpmc/>.

Conforme defende Urzêda-Freitas (2023), numa visão *queer* e pós-identitária, é preciso buscar leituras¹⁰ que promovam o estranhamento dos significados atribuídos aos corpos por meio de uma crítica radical da noção de identidade. Ainda de acordo com o autor, um dos objetivos da perspectiva *queer* ou pós-identitária seria justamente o de “estranhar a construção [...] das identidades como repertórios únicos sobre os corpos e os sujeitos” (Urzêda-Freitas, 2023, p. 14). Esse objetivo nos encoraja a recusar o azul e seu essencialismo de gênero, ao mesmo tempo que parece nos aproximar de uma representação mais plural, tal como a proposta do logotipo da neurodiversidade exposto acima.

Temos consciência de que o logotipo da neurodiversidade não seja definitivamente o melhor símbolo, até porque, para os estudos *queer*, não existem verdades absolutas e irrefutáveis. Conforme salienta Moita Lopes (2009), amparado em uma visão *queer*, é preciso desestabilizar as chamadas verdades epistemológicas que ainda ressoam no campo da linguagem, com vistas a assumir que a pesquisa, assim como a vida social, se ancora em pilares instáveis e contingentes, por isso mesmo fluidos e diversos.

Além disso, apontar qual é o melhor símbolo representativo não é uma decisão que nos cabe, afinal não somos pessoas que vivenciam o TEA. Concordamos com Pereira e Souto (2019) que essa escolha precisa partir das pessoas que integram a própria comunidade. Todavia, diante das opções disponíveis e institucionalizadas atualmente, aqui contempladas à luz dos estudos *queer*, vemos, no logotipo da neurodiversidade, uma semiose visual mais genuína, diversa e *queer*, com a disposição das cores de maneira mais democrática.

¹⁰ Os letramentos podem ser compreendidos como “práticas discursivas múltiplas e situadas em que os sujeitos se engajam cotidianamente, dentro e fora do contexto escolar, para interpretar e produzir sentidos sobre a vida” (Urzêda-Freitas, 2023, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apostar que os gêneros possuem cores intrínsecas é uma forma de essencializar e aprisionar as identidades e isso pode provocar sérios problemas no âmbito do TEA, tais como: dificultar o diagnóstico de mulheres no TEA (Pereira; Souto, 2019) e o de existências que extrapolam o binário, conforme discutido. Vivemos em uma sociedade em que a diferença é sustentada pela exclusão: se você é menino, você não pode ser menina, e vice-versa (Woodward, 2014). Assim sendo, precisamos questionar a tomada do azul como protótipo para se propagarem pedagogias de gênero e sexualidade que buscam homogeneizar e docilizar os corpos (Baliscei, 2020) na matriz da inteligibilidade cultural (Butler, 2017).

Com este texto, buscamos inculcar para o que um símbolo faz quando ele parece apenas descrever e, a partir disso, iniciar uma discussão performativo-semiótica da cor azul em símbolos que representam a comunidade autista, o que ainda demanda futuros aprofundamentos em análises e constantes debates críticos. Conforme destacado, não se trata de uma visão única e estanque sobre o tema, mas de uma possibilidade de análise crítica sintonizada com o que muitas teóricas têm chamado de estudos *queer*. Mais do que os símbolos e as cores, os estudos *queer*, salientamos, podem ser um ótimo amparo para problematizar a condição autista, com vistas à desestabilização de muitas concepções de mundo que causam sofrimento humano a certos corpos que destoam do que é considerado padrão para a sociedade contemporânea. Permaneçamos, portanto, engajados na luta por mundos menos desiguais, assimétricos e violentos, buscando questionar e estranhar imagens e discursos que instituem repertórios essencialistas e aprisionantes sobre as identidades de gênero em nossa sociedade.

Referências

- ARÁN, M. A Transexualidade e a gramática normativa dos sistemas de sexo/gênero. *Ágora*, v. IX, n. 1, Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia/UFRJ, 2006, p. 49-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/hHHJzvcydzGZF8h7Ck373QS/?lang=pt>. Acesso em: 10 de Jul. 2023.
- BALISCEI, J. P. Abordagem histórica e artística do uso das cores azul e rosa como Pedagogias de Gênero e Sexualidade. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v.21, p. 223-244, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/46113>. Acesso em: 10 de Jul. 2023.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. L. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. Tradução: Vânia Z. Cardoso. *Ilha*, v. 8, p. 185-228, 2006.

BLOMMAERT, J. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, n. 43, 2014. p. 441-473. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVwqKPOG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de Jul. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BRAZ, N. M.; AMBROSIO-ALBUQUERQUE, E. P. Exames genéticos como ferramentas auxiliares para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista. **Vittale – Revista de Ciências da Saúde**, v. 34, n. 1, p. 103-111, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/vittale/article/view/13792>. Acesso em: 10 de Jul. 2023.

DE MELO, S. C.; FERNANDES, J. C. M.; FERREIRA, A. T. Autismo e educação: uma revisão da literatura sobre experiências de inclusão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18360> . Acesso em: 23 ago. 2025.

HILL, A. Not just a boy thing: how doctors are letting down girls with autism. **The Guardian**, 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2012/jul/13/girls-autism-sex-bias-children>. Acesso em: 10 de Jul. 2023.

HOOPEs, J. (ed). **Peirce on signs: writings on semiotic**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAZZARO, D. Por uma educação linguística queer: estranhando conceitos e práticas. **Gragoatá**, Niterói, v. 26, n. 56, p. 1052-1084, 2021. Acesso em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/49224>. Disponível em: 10 de Jul. 2023.

MELO, G. C. V. de; ROCHA, L. L. Linguagem como performance: discursos que também ferem. In: RODRIGUES, M. G. et al. (Org.). **Discurso: sentidos e ação**. Franca: Unifran, 2015. p. 97-116.

MISKOLCI, R. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades, ética e política. **Gragoatá**, n. 27, p. 33-50, 2009. Acesso em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33105>. Disponível em: 10 de Jul. 2023.

MORAES, L. F. S. N. et al. Ensino e inclusão de estudantes com autismo: o papel das tecnologias na construção de ambientes educacionais acessíveis. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, v. 7, n. 6, p. 32439–32455, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5899> . Acesso em: 23 ago. 2025.

NOBRE, Marcos. Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.
OLIVEIRA, C. Um retrato do autismo no Brasil. **Revista Espaço Aberto**, São Paulo, n. 170, 2015.

OTTONI, P. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PEREIRA, A. K. M; SOUTO, V. T. A cor do autismo e sua relevância na representação simbólica de mulheres. **Information Design International Conference**, 2019. Disponível em:
<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/a-cor-do-autismo-e-sua-relevancia-na-representao-simblica-de-mulheres-33724>. Acesso em: 10 de Jul. 2023.

SANTOS, R. L.; OLIVEIRA, M. G. Os desafios da inclusão para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Brazilian Journal of Education, Technology and Society*, v. 14, n. 4, p. 647–661, 2021. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/14837> . Acesso em: 23 ago. 2025.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language & Communication**, v. 23, p. 193-229, 2003.

URZÊDA-FREITAS, M. T. O dizer como enquadre de guerra: masculinidades bélicas e letramentos pós-identitários no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 23, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/G4YFWMfXrCWPDDbGwsr3BQD/>. Acesso em: 10 de Jul. 2023.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-84.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.